

Prova: IDECAN - 2023 - PM-CE - 2º Tenente QPOM da Polícia Militar

Os direitos das pessoas LGBTQIAP+ ganharam destaque nos últimos anos em âmbito nacional e internacional. Acerca do tema, julgue as assertivas a seguir, à luz da principiologia aplicável e da jurisprudência consolidada no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Ao final, marque a alternativa correta:

() O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação da vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.

() Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição Federal, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716/89.

() Regra da Anvisa e do Ministério da Saúde que proíbe a doação de sangue por homossexuais é inconstitucional, discriminatória e viola os preceitos constitucionais.

() Os direitos das pessoas LGBTQIAP+ têm como guia de interpretação do direito à igualdade e combate à discriminação os Princípios de Yogyakarta, que tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero.

A F, V, F, F.

B V, V, V, V.

C F, F, F, F.

D V, V, F, F.

E F, V, V, F.

Gabarito: B

Prova: CESGRANRIO - 2024 - IPEA - Técnico de Planejamento e Pesquisa - Políticas Públicas e Avaliação

Considere o texto referente à comunidade LGBT.

A Constituição Federal elenca em seu artigo 3º os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre eles, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, o Brasil é considerado um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. Relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, ILGA, aponta que o país é o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBT. Também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, GGB, a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é morta no Brasil. Conforme a Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma pessoa trans é assassinada. A expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos.

Disponível em: <https://editoraforum.com.br/noticias/7-direitos-lgbtqia-para-conhecer-e-respeitar/>. Acesso em: 01 dez. 2023. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à luta por direitos dessa comunidade,

- A a adoção de crianças por casais homoafetivos permanece proibida em todo o país.
- B a homofobia é considerada um crime passível de prisão, e a transfobia uma contravenção.
- C o Supremo Tribunal Federal reconheceu o uso do nome social restrito a trabalhadores do setor privado.
- D o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- E as presidiárias transexuais femininas permanecem restritas aos presídios masculinos.

Gabarito: D

Sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) e sua aplicação, assinale a alternativa correta:

A A política define pessoa em situação de rua apenas como aquela que vive permanentemente em logradouros públicos, excluindo as que utilizam abrigos temporários.

B Entre seus princípios estão o respeito à dignidade da pessoa humana, a promoção da cidadania e a articulação intersetorial de políticas públicas.

C A responsabilidade pela execução das ações é exclusivamente da União, sem participação dos entes federativos.

D O acesso aos serviços públicos é condicionado ao cadastramento prévio e comprovação de residência fixa.

E O decreto estabelece como meta prioritária a erradicação imediata da pobreza absoluta, mas não prevê participação popular no controle social.

Gabarito: b

Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Direitos Humanos

A Constituição Federal dispõe que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

Sobre as diversas formas de racismo, analise os itens a seguir:

I. Racismo institucional;

II. Racismo religioso;

III. Racismo reverso

IV. Racismo ambiental

Constitui tipo de racismo o que se apresenta em

A I, III e IV, apenas.

B I, II e III, apenas.

C I e III, apenas.

D I, II e IV, apenas.

E I, II, III e IV.

Gabarito: D

Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Direitos Humanos

A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Estatuto da Igualdade Racial, visa garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Sobre o referido Estatuto, assinale a afirmativa correta.

A Instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).

B Prioriza a criminalização das condutas racista, como forma de promover o fim desta prática interpessoal.

C Indica a necessidade de maiores privilégios às pessoas negras, tendo em vista ser a minoria da população brasileira.

D Em relação ao direito à educação, o ensino facultativo de história geral da África e da história da população negra no Brasil.

E Aponta a desnecessidade de maior investimento no campo da educação, pois não há diferença de acesso em relação às pessoas brancas.

Gabarito: A

Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Direitos Humanos

As relações étnico raciais no Brasil são impactadas pelo passado escravocrata, que perdurou por mais de 300 anos.

Neste contexto, assinale a afirmativa correta.

A O índice de encarceramento de pessoas negras reforça a tese de que estas são mais propensas a prática criminosa.

B As teorias eugenistas prevalecem atualmente no país, tendo em vista a evidente superioridade moral das pessoas branca.

C A abolição da escravatura com a assinatura da Lei Áurea, determinou a adoção de medidas compensatórias em favor das pessoas escravizadas.

D O Brasil é composto por uma população mestiça, a qual não é possível identificar uma pessoa negra, o que gera uma hierarquia racial.

E A política de incentivo à migração europeia com a previsão de benefícios e acesso à terra é um exemplo de ação afirmativa, que visava ao embranquecimento da população brasileira.

Gabarito: E

Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Direitos Humanos

Sobre racismo e violência, analise os tópicos a seguir:

- I. O homicídio de pessoas negras aumentou 11,5% entre 2008 e 2018, na contramão do número de homicídios de pessoas brancas, amarelas e indígenas, que caiu quase 13% no mesmo período.
- II. Atualmente, Mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio no Brasil, apesar da diminuição de casos envolvendo mulheres brancas.
- III. As mulheres negras são as que mais sofrem violência obstétrica, como por exemplo o uso reduzido de anestesia, em desacordo os protocolos do Ministério da Saúde para a realização dos partos.
- IV. As religiões de matriz africana sofrem com os ataques racistas e preconceituosos devido a sua origem étnica e cultural

Está correto o que se afirma em

- A I, III e IV, apenas.
- B I, II e III, apenas.
- C I e III, apenas.
- D I, II e IV, apenas.
- E I, II, III e IV.

Gabarito: E

Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Direitos Humanos

O sucesso do livro "O que é lugar de fala?" da filósofa Djamila Ribeiro gerou o interesse sobre a história do movimento negro e do antirracismo no Brasil.

Sobre esta temática, assinale a afirmativa correta.

A O conceito de “lugar de fala” se refere a necessidade de que determinados grupos sociais marginalizados tenham a exclusividade de falar sobre os assuntos referentes as suas vulnerabilidades.

B O movimento negro no Brasil é um movimento único, em que a pessoa negra está inserida, tendo em vista sua identidade racial reconhecida pela sociedade.

C O feminismo negro reconhece que as lutas feministas e antirracistas são interconectadas e devem ser abordadas de maneira conjunta para criar mudanças sociais significativas.

D No ano de 1988, o movimento negro celebrou o centenário da abolição da escravatura, o qual reconheceu a Princesa Isabel como a principal responsável por tal benesse.

E O movimento negro, atualmente, defende a necessidade de desconsiderar a separação da população brasileira em raças, pois tal atitude fomenta a divisão social e as práticas racistas.

Gabarito: C

Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Direitos Humanos

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 instituiu a ação afirmativa de reserva de vagas em instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação.

Sobre as políticas afirmativas prevista, assinale a afirmativa correta.

A A mencionada política pública adota exclusivamente o critério racial para destinar as vagas reservadas.

B O programa especial para o acesso às instituições de educação superior é temporário, pois possui prazo extintivo em 10 (dez) anos.

C O Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da política de reserva de vagas, tendo em vista a afronta ao princípio da igualdade.

D As comissões de heteroidentificação se afiguram como tribunais raciais, reproduzindo práticas racistas, que reforçam estereótipos raciais.

E A legislação foi alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, com a inclusão de quilombolas como beneficiários da ação afirmativa.

Gabarito: E

Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Direitos Humanos

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, vigora no Brasil.

Sobre os Direitos da Mulher, analise os tópicos a seguir.

I. Reconhece que a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, o bem-estar do mundo e a causa da paz;

II. Afirma a necessidade de os Estados eliminarem a discriminação contra a mulher em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares, informando o mesmo direito de escolher livremente o cônjuge e de contrair matrimônio somente com livre e pleno consentimento;

III. Prevê a necessidade de os Estados adotarem medidas que estimulem o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que os pais combinem as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho e a participação na vida pública;

IV. No contexto da educação, a fim de assegurar condições de igualdade entre homens e mulheres, cabe ao Estado adotar medidas para eliminar de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino.

Está correto o que se afirma em

A I e II, apenas.

B II e III, apenas.

C I, III e IV, apenas.

D III e IV, apenas.

E I, II, III e IV.

Gabarito: E

Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Direitos Humanos

Sobre a evolução dos direitos das mulheres em âmbito nacional, assinale a afirmativa correta.

A Todas as mulheres puderam votar apenas com o advento da Constituição promulgada em 1988.

B O estatuto da Mulher casada foi um avanço, que permitiu a mulher, dentre outros direitos, a possibilidade de receber herança, sem a necessidade de autorização do marido.

C O Código Civil prevê a possibilidade de anulação do casamento, na hipótese de um dos cônjuges descobrir que o outro não era virgem antes do matrimônio.

D Os crimes contra a dignidade sexual previstos no Código Penal indicam a necessidade de a vítima se apresentar socialmente como mulher honesta para a configuração de fato típico.

E O dever de cuidado dos filhos, tem um caráter dúplice, uma vez que também se afigura como um direito da mulher a exercer plenamente o poder familiar.

Gabarito: B

Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Direitos Humanos

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) é resultado da luta de movimentos feminista, cujo objetivo é coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Neste sentido, é correto afirmar que

A o descumprimento da medida protetiva configura infração administrativa, prevista pena de multa pessoal por inobservância da determinação judicial.

B o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o uso da tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres.

C as medidas protetivas de urgência vigorarão pelo prazo correspondente a duração do processo, que apura os fatos criminosos, sob pena de violação a liberdade do acusado.

D a referida lei possui caráter exclusivamente penal, uma vez que dispõe sobre crimes com a finalidade de coibir a violência doméstica e familiar.

E o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu que a Lei Maria da Penha deve ser aplicada apenas aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres cisgênero.

Gabarito: B